

Líder diz que contradições já acabaram

O líder do Governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), disse ontem que "havia uma contradição entre o Ministério da Fazenda e a Presidência da República" e acentuou que essa contradição foi resolvida com a exoneração do ministro Paulo Haddad.

Segundo Freire, "Eliseu Resende tem mais diálogo com o presidente Itamar Franco e isso facilita todo o trabalho do Governo". O líder na Câmara informou que esse assunto foi tratado na reunião da manhã onde estiveram presentes, no Casa Civil, oito ministros e os líderes na Câmara e no Senado.

Foi perguntado ao deputado se as colocações da ministra Luiza Erundina, da Administração, sobre a escolha de Eliseu Resende para a Fazenda, não representavam outra contradição dentro do Governo. Freire respondeu que "não é uma contradição porque a ministra expôs ao Presidente a sua opinião e todo ministro é livre para ter a sua própria opinião".

O deputado Roberto Freire informou, também, que hoje haverá nova reunião no gabinete do ministro Henrique Hargreaves, da Casa Civil, com outro grupo de ministros. Segundo o líder do Governo, na Câmara, "esse tipo de reunião acontecerá com uma certa frequência".

Da reunião de ontem no gabinete do ministro Hargreaves participaram, além de Freire e Pedro Simon, líder no Senado, o advogado-geral da União, José de Castro Ferreira e os ministros Jamil Haddad, da Saúde, Maurício Corrêa, da Justiça, Luiza Erundina, da Administração, Jutahy Magalhães, da Ação Social, Fernando Henrique Cardoso, das Relações Exteriores, Alberto Goldman, dos Transportes, Paulino Cícero, das Minas e Energia e Alexandre Costa, da Integração Regional.

Alívio — Os empresários gaúchos receberam com alívio os 15 pontos que subsidiarão o programa econômico do presidente Itamar Franco. Satisfeito, o presidente da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (Fiergs), Renan Proença, deixou a sala de reuniões de onde acompanhou parte do pronunciamento do ministro da Economia, Eliseu Resende, no Senado para dizer que "o Governo assumiu compromissos importantes



Freire: mais diálogo

e vamos cobrar".

Proença acredita que a confirmação de que não serão promovidos novos congelamentos, confiscos, prefixação ou maxidesvalorização "ajuda muito para tranquilizar os setores produtivos do País". Outro item que agradou aos empresários foi a garantia de que o programa de privatização vai continuar. "O ministro deu muita ênfase às privatizações e se comprometeu também em agilizá-las", repetiu Proença, afirmando que os pontos enumerados pelo ministro têm condições de receber o apoio dos empresários.

Contas — "Têm tudo aquilo que todo mundo gostaria de ouvir". Assim o economista Celso Luiz Martone, da FEA-USP, avalia os 15 princípios de política econômica anunciados ontem no Senado pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, que considera "sensatos". Martone acredita que, nos próximos 30 dias, o Governo começará de fato a separar as contas do Banco Central das contas do Tesouro, contribuindo para uma melhor política monetária.

A separação BC-Tesouro, segundo Martone, ocorrerá sob três formas:

1) Hoje o BC contabiliza no seu passivo toda a dívida externa da União, que na verdade é uma dívida do Tesouro. Esse passivo será transferido para o Tesouro, cancelando-se no BC o ativo correspondente — uma carteira de títulos de montante superior a 50 bilhões de dólares. Isto pode ser feito imediatamente.

2) A Constituição de 1988 definiu que o Tesouro mantenha no Banco Central suas disponi-

bilidades de Caixa. Com isso, cada vez que o Governo recebe um tributo e deposita no BC, a moeda depositada equivale a uma destruição de base monetária, pois esse dinheiro saiu de algum banco. A consequência é que para corrigir esse desequilíbrio, o BC tem que intervir mais no mercado financeiro para regularizar a liquidez. Isto é mais agudo em dias de grande recolhimento de tributos que provocam redução do volume de reservas bancárias. É preciso alterar a Constituição para corrigir isso, permitindo que o Tesouro deposite em outros bancos, por exemplo o BB.

3) Hoje o BC pode emitir títulos próprios (Bônus do Banco Central-BBCS), mas essa responsabilidade passaria a ser exclusiva do Tesouro e o BC ficaria proibido de dar carta de recompra para os títulos do Tesouro.

"Com essas três providências, há mais transparência nas contas do Banco Central e do Tesouro contribuindo para uma política monetária mais eficiente", afirma Martone.

Insatisfação — Os empresários da construção civil consideram a atuação do governo Itamar insatisfatória. Este foi o resultado da pesquisa realizada entre os associados do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo, divulgada ontem pelo vice-presidente de economia da entidade, Eduardo Zaidan. A grande maioria dos entrevistados, numa proporção de 86 por cento, mostrou-se contrária à aprovação do IPMF.

Numa tentativa de caracterizar a atuação do governo Itamar o Sinduscon ouviu seus associados sobre cinco itens considerados básicos, e em todos eles a classificação de ruim foi a mais votada. Com relação a corte de gastos, por exemplo, 75 por cento das pessoas ouvidas consideraram ruim a atuação do Governo. Com relação à privatização e reforma fiscal, o índice de rejeição do governo chega a 67 por cento, e 51 por cento dos entrevistados acham que está sendo ruim a atuação do Governo Itamar no controle de preços. No que diz respeito a taxas de juros, 49 por cento dos entrevistados também consideram ruim o trabalho do Governo Federal.

O Sinduscon divulgou ontem também o nível de emprego no setor, que cresceu 0,79 por cento em fevereiro, com aumento de 665 mil para 670 mil trabalhadores empregados. Mas desde março de 1990 a construção civil perdeu 462 mil trabalhadores no Estado de São Paulo.